

---

**VOTOS - TJERJ**


---

DETRAN. NULIDADE DE MULTAS POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DETRAN, ÓRGÃO DE CADASTRO DE VEÍCULOS E CONDUTORES. LEGITIMIDADE DO ENTE DO QUAL EMANARAM AS AUTUAÇÕES. LISTISCONSÓRCIO NECESSÁRIO NÃO OBSERVADO PELO JUÍZO MONOCRÁTICO. NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA E PROCESSO, PARA A OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 47, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. **(TJRJ. PROCESSO: 0088963-25.2013.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 11 DE OUTUBRO DE 2013)..... 147**

SERVIDOR PÚBLICO. FÉRIAS NÃO GOZADAS. PROVA. PECÚNIA INDENIZATÓRIA. SE O SERVIDOR FEZ PROVA DE QUE NÃO USUFRUIU FÉRIAS, IMPÕE-SE O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ART. 7º, XVII, C/C ART. 39, §3º, DA CRFB. NORMA QUE LIMITA A DOIS PERÍODOS DE FÉRIAS CUMULÁVEIS, ENSEJANDO O DIREITO A REPARAÇÃO PELO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. **(TJRJ. PROCESSO: 0158679-42.2013.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 11 DE OUTUBRO DE 2013)..... 150**

CONCURSO PÚBLICO AO CARGO DE SOLDADO DA PMERJ. ATO ADMINISTRATIVO QUE CONCLUIU PELA EXCLUSÃO DO CANDIDATO POR TER RESPONDIDO A ATO INFRACIONAL, FATO QUE FOI OMITIDO DA BANCA EXAMINADORA. SENTENÇA ANULANDO O ATO ADMINISTRATIVO. É DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A ANÁLISE DE FATOS PRETÉRITOS QUE IMPORTEM EM INCOMPATIBILIDADE AO CARGO ALMEJADO. ATO ADMINISTRATIVO

QUE SE ENCONTRA FUNDAMENTADO E HÍGIDO. SENTENÇA QUE SE REFORMA. RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONHECIDO E ACOLHIDO EM PARTE. (TJRJ. PROCESSO: 0056514-14.2013.8.19.0001. JUIZ MARCELO MONDEGO DE CARVALHO LIMA. JULGADO EM 27 DE SETEMBRO DE 2013) .....155

DEMORA NO RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO APÓS A EX-TINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRISÃO INDEVIDA DO AUTOR. MANU-TENÇÃO NO CÁRCERE AO LONGO DE 11 DIAS. RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA DA OCORRÊNCIA DE DANO MATERIAL. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRJ. PROCESSO: 0475874-98.2012.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 13 DE SETEMBRO DE 2013) ..... 158

APREENSÃO DE VEÍCULO POR TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSA-GEIROS. DEMONSTRAÇÃO NOS AUTOS DE QUE O MESMO SERVA A TERCEIRO PARA O TRANSPORTE DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS. AU-SÊNCIA DE INFRAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MULTA APLICADA, DIÁRIAS E REBOQUE. PARCIAL PROVIMENTO. REFORMA DA SENTENÇA. (TJRJ. PROCESSO: 0081970-63.2013.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JUL-GADO EM 30 DE AGOSTO DE 2013) .....161

CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO EM EXAME FÍSICO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA PISTA, QUE TERIAM LEVADO O AUTOR A ACIDENTAR-SE. DESNECESSIDADE DE PROVA COMPLEXA PARA INS-TRUÇÃO DO FEITO. SUFICIÊNCIA DO DVD QUE CONTÉM AS IMAGENS DA REALIZAÇÃO DO TESTE. EVENTOS QUE PODEM SER OBSERVADOS SEM INTERVENÇÃO PERICIAL. SENTENÇA QUE SE ANULA, DETERMI-NADO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. (TJRJ. PROCESSO: 0170038-86.2013.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGA-DO EM 30 DE AGOSTO DE 2013)..... 163

PENSÃO PROVISÓRIA CANCELADA. PEDIDO DE HABILITAÇÃO A PENSÃO DEFINITIVA. PROVIMENTO. (TJRJ. PROCESSO: 0469790-81.2012.8.19.0001. JUÍZA SIMONE LOPES DA COSTA. JULGADO EM 30 DE AGOSTO DE 2013)..... 166

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. APREENSÃO DE VEÍCULO. SENTENÇA QUE SE ATÉM À RESPONSABILIDADE DE DOIS DOS TRÊS RÉUS. A CUMULAÇÃO SUBJETIVA DE DEMANDAS PRESSUPÕE O PRONUNCIAMENTO SOBRE TODOS OS INTEGRANTES DO POLO PASSIVO, SOBRETUDO QUANDO A CAUSA DE PEDIR RELATIVA A CADA UM DELES É DIFERENTE. OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO CITRA PETITA. NULIDADE. JULGAMENTO DE MÉRITO COM BASE NA TEORIA DA CAUSA MADURA. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE, POR ANALOGIA, DO ARTIGO 515, § 3º. PRECEDENTES DO COL. STJ. ANULAÇÃO DA SENTENÇA, DETERMINANDO-SE QUE OUTRA SEJA PROLATADA EM SEU LUGAR. RECURSO QUE FICA PREJUDICADO. (TJRJ. PROCESSO: 0034757-61.2013.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 30 DE AGOSTO DE 2013)..... 169

EX-PRESIDIÁRIO. TRABALHO PRESTADO INTRAMUROS. DIREITO A CONTRAPRESTAÇÃO. LEGITIMIDADE DO ESTADO. PRESCRIÇÃO QUE SE CONTA DA COLOCAÇÃO EM LIBERDADE DO APENADO, QUANDO É POSSÍVEL O LEVANTAMENTO DA IMPORTÂNCIA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJRJ. PROCESSO: 0103154-75.2013.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 16 DE AGOSTO DE 2013)..... 173

AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE REDUÇÃO DE CRIMINALIDADE INSTITUÍDA PELOS DECRETOS Nº41.931/2009 E 42.243/2010. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA ENTENDENDO QUE O RECORRENTE NÃO ATENDE AOS REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO. REFORMA DO JULGADO. GRATIFICAÇÃO QUE NÃO É DESTINADA TÃO SOMENTE AOS POLICIAIS QUE ATUAM DIRETAMENTE NO COMBATE DA CRIMINALIDADE, COMO DEFENDIDO PELO ENTE PÚBLICO, MAS A

TUDO O REGIMENTO QUE CUMPRIU AS METAS ESTIPULADAS PELA NORMA INSTITUIDORA DA VANTAGEM. IMPOSSIBILIDADE DE A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA ESTABELECECR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NA NORMA INSTITUIDORA DA VANTAGEM. INTELIGÊNCIA DO ART.6º, § 1º, DO DECRETO Nº41.931/2009. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF À ESPÉCIE. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. **(TJRJ. PROCESSO: 0486975-35.2012.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 07 DE JUNHO DE 2013)** ..... 176

TRANSFERÊNCIA EX-OFFICIO PARA OUTRA UNIDADE MILITAR. POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA E MATRÍCULA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO E INDEPENDENTE DA EXISTÊNCIA DE VAGA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º DA LEI 9.536/97. PROVIMENTO. **(TJRJ. PROCESSO: 0001023-88.2013.8.19.9000. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 05 DE JULHO DE 2013)** .....181

REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM VENCIMENTOS PROPORCIONAIS PARA INTEGRAIS. ARTIGO 40, § 1º, INCISO I QUE PREVÊ EXCEÇÃO À REGRA MEDIAL. DOENÇA GRAVE E CRÔNICA. ROL NÃO TAXATIVO DE MOLÉSTIAS QUE SE ENQUADRAM. PRECEDENTES DO STJ. SEVERIDADE DA DOENÇA QUE ACOMETE A AUTORA QUE SE PERCEBE PELOS RELATOS MÉDICOS. INVIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **(TJRJ. RECURSO INOMINADO Nº 0492357-09.2012.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 21 DE JUNHO DE 2013)** ..... 183

INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO SUPOSTAMENTE OCORRIDO EM VIRTUDE DA MÁ COLOCAÇÃO DE TAMPA DE BUEIRO. NÃO OBS-TANTE O MESMO PERTENCER À CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO, TAMBÉM RÉ É A MUNICIPALIDADE, PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. DEVER DE FISCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO REFERIDO ENTE. NECESSIDADE DA PRODUÇÃO DA PROVA

ORAL REQUERIDA PARA DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DA PRETENSÃO AUTORAL. SENTENÇA QUE SE ANULA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (TJRJ. PROCESSO: 0226005-53.2012.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 19 DE ABRIL DE 2013).....189

POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE EXTENSÃO DO DIREITO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR AO FILHO MAIOR DE 24 ANOS SOLTEIRO SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA COM O DIREITO CONFERIDO ÀS FILHAS EM IDÊNTICA SITUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO ANTE A DUVIDOSA CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA RELATIVA ÀS FILHAS. FALTA DE PREVISÃO DE FONTE DE CUSTEIO, BEM COMO PREVISÃO LEGAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJRJ. PROCESSO: 0357075-96.2012.8.19.0001. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 22 DE MARÇO DE 2013).....194

---

## ACÓRDÃO - TJERJ

---

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MEDICAMENTOS. AUTORA RELATIVAMENTE INCAPAZ. DECISÃO QUE MINORA O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA E DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA O JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE DECLÍNIO POR FIGURAR MENOR INCAPAZ NO POLO ATIVO. FIRMADA A COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO (ART. 2º DA LEI Nº12.153/2009 C/C ART. 1º E 16 DA LEI ESTADUAL Nº5781/2010), AFASTADAS AS HIPÓTESES QUE EXLUEM A APLICAÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO. MENOR DEVIDAMENTE REPRESENTADA POR GENITORA OU CURADORA, A TEOR DO QUE DISPÕE O ART. 8º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, VIÁVEL É A PARTICIPAÇÃO

NO POLO ATIVO DA DEMANDA. AS LEIS FEDERAL E ESTADUAL REFERIDAS NÃO FAZEM QUAISQUER RESTRIÇÕES QUE OBSTEM A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL PARA A DEFESA DE INTERESSES DE INCAPAZ, NÃO INCIDINDO O §1º, DO ART. 8º DA LEI Nº 9.099/95 C/C ART. 27 DA LEI Nº 12.153/09. JUIZADO, CUJO OBJETO SOCIAL PRINCIPAL É JUSTAMENTE O DE FACILITAR O EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA E DA CELERIDADE PROCESSUAL – ART. 5º, XXXV E LXXVIII, DA CRFB/88. EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS JUIZADOS FAZENDÁRIOS, QUE PREVÊ COMO ÚNICO REQUISITO DE LEGITIMIDADE CUIDAR-SE O AUTOR DE PESSOA FÍSICA. INEXISTÊNCIA DE LACUNA DA LEI ESPECIAL QUE AUTORIZA A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI Nº 9.900/95. NO JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA, AS CAUSAS SÃO PROMOVIDAS CONTRA PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO, SE ASSEMELHANDO A LEGITIMIDADE À DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, DE MODO QUE OS INCAPAZES PODEM SER PARTE ATIVA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO Nº 10 DO FONAJEF. CORRETO DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. **(TJRJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0049620-25.2013.8.19.0000. RELATOR: DES. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO. VOGAL: DES. CRISTINA TEREZA GAULIA JULGADO EM 15 DE OUTUBRO DE 2013)**..... 206